



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
MOÇAMBIQUE



# 06

2012

## Distrito de Ngauma



# RASTREANDO A DESPESA DE 2011

Índice

I. Investimento Realizado  
pelo Governo Distrital no  
Distrito

II. Investimento Realizado  
pelo Governo Provincial /  
Central no Distrito

III. Aspectos de Controlo  
Interno na Secretaria  
Distrital

*Fundo de Investimento Distrital*

*Fundo Distrital de Desenvolvimento*

*Fundo de Apoio Directo às Escolas*

*Fundo de Estradas*

*Investimento Realizado pelo Governo  
Provincial/ Central*

## DISTRITO DE NGAUMA

O Distrito de N'gauma situa-se na região centro-oeste da Província de Niassa, com uma superfície de 3.009 km<sup>2</sup> e uma população de 64.040 habitantes (Censo de 2007). O Distrito está dividido em 2 postos administrativos, nomeadamente, Itepela e Massangulo.

### I. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO DISTRITAL

Em 2011, o Distrito de Ngauma teve um orçamento de 15.618.181,00Mt para as despesas de investimento (tabela 1).

**Tabela 1.** Orçamento alocado para as despesas de investimento para o Distrito de Ngauma em 2011.

Despesas de investimento	Valor alocado (Mt)
Fundo de Investimento Distrital	5.571.121,00
Fundo Distrital de Desenvolvimento	7.577.000,00
Fundo de Apoio Directo às Escolas	1.220.060,00
Fundo de Estradas	1.250.000,00
<b>Total</b>	<b>15.618.181,00</b>

**Fonte:** Lei n.º 9/2011, de 13 de Junho - Orçamento do Estado Revisto<sup>1</sup>

#### 1.1 Fundo de Investimento Distrital

Em 2011, o valor alocado para o Fundo de Investimento Distrital foi utilizado para as realizações que constam da tabela 2.

**Tabela 2.** Lista das actividades realizadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital.

Infra-estrutura	Valor alocado
Construção do muro de vedação da residência oficial da administradora e seus anexos	810.000,00
Construção da Secretaria da Localidade de Chissimbir	800.000,00
Apetrechamento da Residência Oficial da Administradora	750.000,00

<sup>1</sup> A Lei n.º 9/2011, de 13 de Junho altera os artigos 2, 3, 4, 5, 11 e 12 da Lei n.º 1/2011, de 5 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2011

Conclusão das residências dos régulos Cuizimba e Matamanda	80.000,00
Aquisição de lap-top para a equipa técnica	45.000,00
Instalação de painéis solares	260.000,00
Conclusão da abertura do furo de abastecimento de água em Chicoa*	85.000,00
Conclusão do mercado de Massangulo*	100.000,00
Conclusão do mini-sistema de abastecimento de água na Casa de Hóspedes (actual residência da Administradora do Distrito) *	100.000,00
Monitoria e avaliação do PESOD	133.520,00
Construção do Centro de Saúde de Magiga	300.000,00
Reabilitação da residência do Secretário Permanente Distrital	297.980,00
Reposição da Escola Primária de Matamanda	120.000,00
Reabilitação da Secretaria do P/A de Ngauma	300.000,00
Melhoramento da estrada Cruzamento/Chicoa	200.000,00
Aquisição de mobiliário para postos administrativos e técnicos	304.630,00
Construção do Posto Policial	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.786.130,00</b>

**Fonte:** SDPI e Secretaria Distrital de Ngauma.

\* Dívidas transitadas de 2010.

A diferença entre o valor disponível a partir do OE e o valor recebido pelo Governo do Distrito de Ngauma é de 784.991,00Mt. Segundo o Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas, esta verba não foi disponibilizada ao Distrito, apesar de ter sido alocada a partir da Lei do Orçamento do Estado revisto.

## ***Ponto de situação das actividades financiadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital de 2011***

### ***Actividade não realizada:***

- Abertura do furo de abastecimento de água em Chicoa;

### ***Actividades em curso:***

- Construção do muro de vedação da residência oficial da administradora e seus anexos;
- Construção do Centro de Saúde de Magiga;
- Reposição da Escola Primária de Matamanda;
- Construção do Posto Policial;
- Conclusão das residências dos régulos Cuizimba e Matamanda.

### ***Actividades concluídas:***

- Construção da Secretaria da Localidade de Chissimbir;
- Apetrechamento da Residência Oficial da Administradora;
- Aquisição de lap-top para a equipa técnica;
- Instalação de painéis solares;
- Conclusão do Mercado local;
- Conclusão do mini-sistema de abastecimento de água na Casa de Hóspedes (actual residência da Administradora do Distrito);
- Reabilitação da residência do Secretário Permanente Distrital;
- Reabilitação da Secretaria do P/A de Ngauma;
- Melhoramento da estrada Cruzamento/Chicoa;
- Aquisição de mobiliário para os postos administrativos e técnicos;
- Monitoria e avaliação do PESOD.

Em termos de alinhamento das actividades realizadas com o PESOD, constatou-se que 100% das actividades não constavam do PESOD, o que pressupõe que o Distrito não tem uma visão estratégica das acções de combate à pobreza e desenvolvimento.

### ***Avaliação quantitativa das realizações***

Dos 5.571.121,00Mt que estavam previstos para o Fundo de Investimento Distrital, 4.786.130,00 foram utilizados pelo Governo do Distrito de Ngauma, o que representa 85.91%. Os restantes 784.991,00Mt não foram disponibilizados, apesar de terem sido alocados a partir da Lei do Orçamento do Estado Revisto. Do valor efectivamente gasto, a Secretaria Distrital apenas justificou, com facturas e recibos, o montante de 2.522.999,18Mt, o que representa 52.71%. Os restantes 2.263.130,82Mt não foram justificados com nenhum documento legal, apesar de se ter afirmado que todo o valor recebido foi utilizado. Do valor referenciado pelo Governo Distrital como gasto, mesmo sem ter apresentado todos os justificativos, alegou-se que 285.000,00Mt foram para a liquidação de dívidas transitadas de 2010 e 184.450,00Mt foram desviados para custear despesas de funcionamento da Secretaria Distrital, tais como, aquisição de um computador portátil, toner, canetas e monitoria do PESOD.

A falta de justificativos das despesas gera discrepâncias de informação e dificulta a compreensão dos factores que, em muitos casos, ditam a paralisação das obras. A título de exemplo, o Sr. Zimbabwe Salade, artesão a quem foram adjudicadas 3 obras, designadamente, a EP1 de Matamanda e as 2 residências dos régulos Cuizimba e Matamanda, com um orçamento de 200.000,00Mt, queixou-se de que apenas recebeu 50% do valor. Dai ter paralisado os trabalhos. Mas, a partir da informação recolhida da Secretaria Distrital, ele recebeu o valor na totalidade. O furo de água de Chicoa que, em 2010 consumiu 98.280,00Mt do FID e em 2011 se reporta que consumiu 85.000,00Mt, somando um valor total de 183.280,00Mt retirados dos cofres do Estado, no terreno pura e simplesmente não existe e o povoado de Chicoa continua a beber água proveniente dos pântanos, na prática imprópria para o consumo humano.

### ***Avaliação qualitativa***

No geral, as obras que beneficiaram de reabilitação e/ou construção de raiz apresentavam problemas de falta de qualidade, infiltração de águas pluviais, rachas nas paredes e no soalho, baixa qualidade da madeira e atrasos na sua conclusão. A baixa qualidade das obras pode estar associada a vários factores, dentre os quais se destacam a alegada falta de honestidade dos empreiteiros, a adjudicação de obras a artesãos sem muita experiência profissional, a falta de fiscalização das obras, os desvios de aplicação das verbas inscritas no orçamento, a alegada exiguidade do Fundo disponível e os desembolsos tardios. A

Secretaria da localidade de Chissimbir, obra recentemente construída, já apresentava o problema de infiltração de águas pluviais, tinta descascada, defeitos nos aros das janelas e ataque pelo muchén. A residência do régulo Cuizimba, embora obra ainda em curso, já apresentava os problemas de infiltração de água das chuvas, madeira de baixa qualidade, muchén e rachas nas paredes. A EP1 de Matamanda, obra ainda em curso, já apresentava rachas no soalho e infiltração de águas pluviais. A estrada, que parte do Cruzamento para Chicoa, apesar de ser transitável, já se encontrava esburacada. Para além de que as 4 pontecas rehabilitadas o foram com recurso a materiais locais, isto é estacas e laca-lacas, pelo que não terão muita durabilidade.



Fig. 1 Aros na parede da Secretaria de Chissimbir



Fig. 2 Muchén na parede de Chissimbir



Fig. 3 Racha na parede da casa do régulo Cuizimba



Fig. 4 Ponteca de Chicoa

**Fonte:** Equipa de Monitoria – 13/03/2012

### ***Ponto de situação das infra-estruturas de 2010, que estavam em curso em 2011:***

As actividades que se encontravam em curso no exercício de rastreio realizado em 2011 são as seguintes:

- Construção de 1 mercado em Massangulo;
- Reabilitação do tecto da Escola Primária de Chicoa.

O segundo exercício visitou novamente estes empreendimentos e verificou que, por um lado, o Mercado de Massangulo já foi concluído e, por outro lado, que a reposição da cobertura nas 2 salas da EP1 de Chicoa ainda estava em curso. Informação recolhida

no terreno revela que, em Outubro de 2010, a escola recebeu barrotes e, apenas um ano depois, isto é em Outubro de 2011, recebeu as 51 chapas, as quais estavam a ser repostas em Março de 2012. O Mercado de Massangulo, apesar de ter sido recentemente construído, já apresentava paredes degradadas e com rachas e defeitos no soalho.



Parede a degradar-se



Racha na parede



Defeito no soalho

Fig. 5 Mercado de Massangulo

**Fonte:** Equipa de Monitoria – 14/03/2012

### ***Ponto de situação das infra-estruturas de 2010 que estavam paralisadas/abandonadas:***

As actividades que se encontravam paralisadas/abandonadas no exercício de rastreio, realizado em 2011, são as seguintes:

- Construção de 2 casas tipo III para os técnicos na Nova Vila de Massangulo;
- Construção de 1 casa tipo II para técnicos na Nova Vila de Massangulo;
- Abertura de uma fonte de água em Chicoa.

O segundo exercício visitou novamente estes empreendimentos e constatou que a construção das 2 residências tipo III para os técnicos ainda se encontrava paralisada, a fonte de abastecimento de água em Chicoa não existe e a única actividade concluída era a construção de uma casa tipo II para técnicos. Em termos qualitativos, a obra, embora recentemente construída, já se apresentava com infiltração de água de chuvas, rachas no soalho, muchén e chapas enferrujadas.



Racha no soalho



Chapas enferrujadas

Fig. 6 Casa tipo II para técnicos

Fonte: Equipa de Monitoria – 14/03/2012

## Análise comparativa entre 2010 e 2011

Não há nenhuma tendência de melhorias no desempenho do Governo Distrital de Ngauma, no âmbito da execução do FID, tendo em conta os dois anos em análise. Em 2011, houve 67,78% das actividades concluídas contra 78,94% do FID de 2010; 31,25% de actividades em curso contra 21,05% de 2010. Não foi possível avaliar o nível de desvios de aplicação de fundos pois, em 2011, a Secretaria Distrital não dispunha de justificativos de cerca de metade dos fundos utilizados. Porém, importa lembrar que em 2010, 15,87% do valor gasto foi desviado para custear despesas de funcionamento da Secretaria Distrital, com maior destaque para o pagamento de ajudas de custo, reparação de meios circulantes, aquisição de produtos alimentares e de limpeza para a Residência Oficial da Administradora. Em termos de alinhamento das realizações com o PESOD, tanto em 2010 quanto em 2011, nenhuma das actividades realizadas pelo Governo Distrital constava deste instrumento principal de governação. Daí que não há clareza sobre se o Distrito realiza actividades aprovadas pelo Conselho Consultivo Distrital ou não. Em termos de qualidade das realizações, levadas a cabo no âmbito do FID, persiste o problema da falta de qualidade, rachas nas paredes e no soalho, infiltração de água das chuvas, baixa qualidade da madeira e atraso na conclusão das obras.

## 1.2 Fundo Distrital de Desenvolvimento

Em 2011, Ngauma teve um orçamento de 7.577.000,00Mt para financiar projectos de geração de rendimento, produção de comida e fomento pecuário. Deste valor, apenas 6.608.739,40Mt foram recebidos pelo Governo Distrital, o que representa 87,22%. Os restantes 968.260,60Mt não foram disponibilizados, o que representa 12,78%. O valor efectivamente financiado aos projectos foi distribuído pelos 2 postos administrativos: Massangulo no valor de 5.834.926,00Mt, o que representa 88,29% e Itepela no valor de 773.813,40Mt o que representa 11,71%.

Dos 83 projectos aprovados e financiados, 26 são de produção de comida, o que representa 31,32% e 57 são de geração de rendimento e emprego, o que representa 68,68%. Em termos financeiros, dos 6.608.739,40Mt financiados aos projectos, 1.761.000,00Mt foram para a produção de comida e 4.847.739,40Mt foram para geração de rendimento e emprego. Do total dos projectos aprovados, 12 beneficiaram mulheres e 70 beneficiaram homens.

Do trabalho de campo, realizado no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), verificou-se que há falta de transparência na gestão do FDD, na medida que i) *Dos 82 mutuários referenciados como tendo sido financiados, apenas 75 tinham contratos e os restantes 7 não tinham nenhum contrato, apesar de se ter afirmado que receberam o financiamento através de Ordens de Pagamento;* ii) *Dos contratos verificados, 65 tinham apenas a assinatura do mutuário e 10 não tinham nenhuma assinatura. Por isso há falta de clareza sobre se o mutuário tem conhecimento do tal contrato ou não;* iii) *Nenhum dos contratos estava carimbado nem possuía a assinatura da Presidente do Conselho Consultivo Distrital, pelo que há dúvidas sobre a sua validade;* iv) *Alguns contratos não têm validade. Dai não estar clara a sua duração;* vi) *Não há distribuição dos projectos pelas localidades pelo que não há clareza se os projectos financiados beneficiaram mutuários provenientes de todas as localidades ou não;* vii) *Não há distribuição equitativa do financiamento pelos 2 postos administrativos na medida que 88,29% beneficiaram projectos localizados na vila-sede;* viii) *Há desequilíbrio de género, pois 86,57% dos projectos financiados beneficiaram homens;* ix) *Independentemente do tipo do projecto e do valor financiado, todos os contratos referenciam que a devolução do valor deverá ser feita em 4 parcelas;* x) *Apesar de haver algumas declarações que confirmavam a recepção do valor pelos mutuários, várias delas não apresentavam nenhuma assinatura;* xi) *No contrato faz-se menção ao anexo do plano de amortização, mas em nenhum processo foi verificada a existência deste documento. Por essa razão não há clareza sobre o valor que o mutuário deve amortizar em cada prestação nem sobre o período para a amortização do valor financiado;* xii) *Em alguns processos dos mutuários não está anexado o projecto desenhado pelos beneficiários. Daí que não estava claro que projectos os mutuários pretendiam implementar.*

## **Análise comparativa do FDD 2010 e 2011**

Em termos comparativos, verifica-se que não houve melhorias na gestão do FDD nos dois anos em análise, pois persistem casos de existência de mutuários que não possuem contratos e casos de mutuários com contratos não devidamente assinados e carimbados. Persiste a falta de clareza no financiamento aos projectos por localidades, dado o facto de os projetos estarem distribuídos por postos administrativos e não por localidades. No que diz respeito à observância do equilíbrio de género, persiste o problema do desequilíbrio, na medida em que 86,57% dos projectos, aprovados e financiados em 2011, beneficiaram homens contra 85,50% em 2010. Em termos de distribuição do financiamento pelos tipos

de projectos (produção de comida, geração de rendimento e emprego), verificou-se uma fraca adesão aos projectos de produção de comida, pois, em 2011, apenas 31,32% dos projectos, aprovados e financiados, foram para produção de comida contra 49,28% em 2010.

## Atenção Ministério da Educação

### Apoio Directo às Escolas (ADE)

Em 2011, o Distrito de Ngauma recebeu um total de 1.220.060,00Mt para o Apoio Directo às Escolas – ADE, sendo 646.000,00Mt na 14ª fase e 574.060,00Mt na 15ª fase. O programa ADE surge no âmbito dos esforços do Governo que têm em vista promover a descentralização e a qualidade do ensino. Em 2003, o MINED concebeu o programa ADE e foram implementadas a 1ª e 2ª fases, em Março e Outubro, respectivamente. Em 2011 já se encontrava nas fases 14ª e 15ª. A utilização deste Fundo obedece a duas modalidades, nomeadamente a aquisição baseada na lista do material elegível, definido pelo MINED, e a aquisição livre ou ao critério da escola (15%). O material elegível consta nos formulários de registo da despesa, designadamente a carta de autorização, a nota de encomenda, a nota de detalhe da despesa e o manual de procedimentos e autoriza-se o uso de 10% na produção escolar e 10% na aquisição de material eléctrico e de construção para pequenos reparos.

O primeiro exercício de rastreio da despesa pública, realizado em 2011, baseou-se especificamente na verificação do cumprimento das regras de utilização deste Fundo, plasmadas nos manuais de procedimentos. O segundo exercício aferiu a transparência no processo de gestão do Fundo, incluindo o nível de satisfação das escolas com a implementação deste programa e o nível de participação das comunidades no processo.

O trabalho de campo visitou 7 escolas e verificou que i) *Todas as escolas visitadas referiram que tinham comissões de compra e aquisição devidamente montadas e que, durante o ano de 2011, receberam visitas dos respectivos coordenadores da ZIP; ii) Os coordenadores das ZIPs queixaram-se do não pagamento do valor das deslocações, para visitas às escolas, no âmbito do ADE; iii) Nenhuma escola afixava, em local de acesso público, o valor recebido e a relação do material adquirido, violando, desta forma, a recomendação do MINED<sup>2</sup>; iv) Apenas uma escola possuía listas de distribuição do material aos alunos. As restantes escolas não possuíam nenhuma lista, apesar de terem afirmado que haviam distribuído algum material aos alunos; v) Nenhum dos processos verificados possuía a assinatura do representante do SDEJT. Daí não haver a certeza sobre se houve algum trabalho de*

2 O MINED recomenda às escolas que afixem nas vitrinas, salas de professores, bibliotecas e/ou noutros locais de acordo com as condições da escola, o valor recebido pela escola, a relação do material adquirido pela escola, os mapas de distribuição do material, entre outras informações.



verificação da validade, em termos fiscais, ou não; vi) Algumas escolas não apresentavam justificativos do valor usado em transportes e dos 15% do Fundo usados na aquisição livre da escola; vii) Em algumas escolas que possuíam declarações do valor realizado nas despesas de transporte do material para as escolas, as mesmas estavam em nomes dos respectivos directores e não dos provedores de serviços.

A título de exemplos, as EPC de Massangulo, EP1 de Chissimbir e EPC de Itepela não possuíam listas de distribuição do material aos alunos. A EPC de Itepela possuía declarações assinadas pela directora pedagógica e não pelo provedor de serviços. A EP1 de Chicoa não tinha os justificativos referentes à 14ª fase. A EPC de Massangulo e a EPC de Itepela não possuíam os justificativos de transportes.

No concernente à satisfação das escolas com a implementação do programa ADE, todos os directores visitados referiram que, apesar do Fundo ajudar positivamente na melhoria da qualidade do ensino, o material comprado não satisfaz cabalmente as necessidades para o funcionamento efectivo das escolas, na medida em que, para além de ser exíguo, 85% do Fundo devem ser investidos na aquisição do material definido pelo MINED, deixando apenas 15% para a aquisição livre da escola<sup>3</sup>, pelo que, no entender de muitos directores, esta percentagem devia ser elevada, pelo menos, para 20 a 30%. Ainda no âmbito da avaliação da satisfação, os coordenadores da ZIP reclamaram que não recebem o valor das deslocações para as visitas às escolas, no âmbito do ADE.

## Atenção Ministério das Obras Públicas e Habitação

### Fundo de Estradas

Em 2011, o distrito de Ngauma recebeu um total 1.250.000,00Mt para trabalhos de reabilitação, manutenção de rotina e/ou melhoramentos localizados de estradas. Este valor foi investido na conclusão das pontes sobre os rios Muculumo e Namacungua orçados no valor de 1.228.119,90Mt.

A equipa que esteve a fazer o trabalho de campo não visitou estas pontecas, porque o membro do Governo Distrital, indicado para integrar a equipa, não sabia onde estavam localizadas. Até ao último dia da realização do trabalho de campo ninguém esteve disponível para ir mostrar as tais pontecas.

Ainda no âmbito do Fundo de Estradas, no primeiro exercício se fez referência à construção da ponte sobre o rio Luambala como actividade em curso. O segundo exercício visitou

<sup>3</sup> Os 15% são, na maioria dos casos, investidos na aquisição de chapas de zinco para a cobertura das salas de aulas e algumas residências dos professores.

novamente esta ponte e constatou que a mesma já foi concluída. Em termos qualitativos a ponte permite a transitabilidade da via. Porém, há a frisar que, num dos lados, algumas guardas da protecção da ponte já se encontravam caídas.



Fig. 7 Ponte sobre o rio Luambala

**Fonte:** Equipa de Monitoria – 13/03/2012

## Reacção do Governo Distrital às Constatções da equipa de rastreio

Reagindo às constatações apresentadas pela equipa que esteve no campo, a Sr.<sup>a</sup> Lúcia Emília da Graça José Salimo, Administradora do Distrito de Ngauma, referiu que o problema de uma parte dos justificativos do Fundo de Investimento Distrital não se encontrar anexo ao processo de contas devia ter sido esclarecido pelo Secretário Permanente Distrital, pois, é ele quem lidera a parte técnica.

*“...O Secretário Permanente devia ter esclarecido o problema dos recibos e facturas, porque à excepção do artesão, a quem foram adjudicadas as obras da Escola de Matamanda e dos régulos Cuizimba e Matamanda, que não possuía facturas, os restantes empreiteiros submeteram facturas e recibos. Esses documentos perderam-se na Secretaria Distrital”* disse.

Ainda no âmbito do FID confirmou que o furo de Chicoa, de facto, não existia, devido à má-fé do empreiteiro. Comentando sobre o valor referenciado como tendo sido utilizado, na monitoria do PESOD, disse que o mesmo foi usado na monitoria dos projectos financiados no âmbito do FDD. Falando sobre o Mercado, disse que a sua qualidade se devia ao facto de ser usado por muita gente, mas para todos efeitos, já tinha cerca de um ano de existência.

*“... O furo de Chicoa constitui um pesadelo para nós, porque, desde 2010, altura em que ele recebeu o valor para a abertura do furo, sempre conta-nos estórias. O empreiteiro sempre diz que a maquinaria não consegue passar por causa dos pântanos, mesmo na época seca não mobiliza a maquinaria, o que sugere que não quer fazer nada. O que agora estamos a pensar em fazer, como recebemos 2 furos da Concern Universal para Chicoa,*



vamos aproveitar o empreiteiro que vai abrir aqueles furos para abrir o nosso furo também, e vamos responsabilizar o empreiteiro, que tem o nosso dinheiro, para efectuar o pagamento. O montante de 85.000,00Mt que, supostamente, o empreiteiro devia ter recebido em 2011, não recebeu porque não fez nada e o valor foi investido nas obras de construção do muro de vedação da residência oficial da administradora.

Sobre a monitoria do PESOD, na verdade, usamos parte do FID para a monitoria dos projectos financiados no âmbito do FDD e isso vai acontecer de novo este ano, porque, por um lado, a política de FDD não prevê verba para a monitoria dos projectos financiados e, por outro lado, o valor que recebemos para o funcionamento do Distrito é exíguo. Foi mesmo neste contexto que internamente criamos esta rubrica, porque, se for a ver, a rubrica de ajudas de custos quase que não tem nada. O Mercado de Massangulo foi concluído graças ao sacrifício que o empreiteiro fez, pois, no projecto, não se previa a construção de bancas, mas, como viram, foram feitas. A má qualidade do Mercado pode se verificar, mas, na altura que recebemos a obra, estava tudo bem, para além de que foi uma obra de baixo custo” esclareceu.

Comentando sobre o Fundo Distrital de Desenvolvimento, disse que o facto de haver alguns contratos não assinados pelos mutuários resulta da falta de sigilo profissional por parte de alguns técnicos da Secretaria Distrital, pois, antes de o Governo informar aos mutuários que o valor já foi transferido para as suas contas, eles já têm o conhecimento e, por essa razão, eles só se preocupam com o valor recebido e não em regularizar a sua situação contratual.

“... Com a introdução do SISTAFE enfrentamos problemas para o financiamento aos projectos porque alguns dos nossos técnicos não têm sigilo profissional. Nós não celebramos antes os contratos com os mutuários porque temos receio de, depois, não conseguirmos fazer a transferência do valor para a sua conta. Primeiro fazemos a transferência do valor para as contas dos mutuários e, posteriormente, no acto da entrega das ordens de pagamento aos mutuários, eles assinam os contratos. Mas como há falta de sigilo profissional, os mutuários tomam conhecimento de que o valor já se encontra nas suas contas bancárias muito antes de receber as OPs<sup>4</sup> e foi por isso que viram os contratos não assinados. O desequilíbrio de género está relacionado com o número de projectos que as mulheres submetem, pois poucas mulheres concorrem para este Fundo, mas agora estamos a fazer o trabalho de sensibilização no sentido de elas também concorrerem. Se alguns projectos desenhados pelos mutuários não se encontrarem anexados aos seus processos é porque os mesmos encontram-se no sector de planificação e alguns até já podem ter desaparecido, mas de todas as formas terão que ser achados” explicou.

Comentando sobre as pontecas sobre os rios Muculumo e Namacungua, disse que ambas já haviam sido concluídas e já se encontravam em uso, apesar de a última ainda não ter sido entregue oficialmente. Para terminar, disse que, por um lado, os problemas identificados

---

4 OPs – Ordens de Pagamentos

nas obras de SDAE já haviam sido reportados pela Direcção Provincial de Agricultura e, por outro lado, que o edifício do SDEJT<sup>5</sup> e a respectiva residência para o Director, eram inicialmente considerados como concluídos, mas, devido a alguns problemas detectados, os empreiteiros foram orientados no sentido de os rectificar. Ainda no âmbito das obras do sector da Educação, acrescentou que as plantas das duas obras foram mal concebidas, pois, inicialmente, eram consideradas como salas anexas duma escola e não como serviço distrital ou residência.

Na sua intervenção, o Director de SDPI<sup>6</sup>, o Sr. Pedro Atanásio, disse que a baixa qualidade das obras era do conhecimento do Distrito. *“... Nós reconhecemos a baixa qualidade das obras. A Secretaria de Chissimbir, as residências dos régulos Cuizimba e Matamanda e a EP1 de Matamanda, nós já elaboramos relatórios sobre a má qualidade destas obras. Na EP1 de Chicoa, houve demora da reposição das chapas porque, inicialmente, esperávamos receber chapas do INGC<sup>7</sup>, mas, no fim, informaram-nos que o nosso distrito não estava contemplado. Por isso os barrotes foram comprados há muito tempo”*.

Para terminar, comentando sobre os problemas verificados com os empreiteiros disse que, à excepção do artesão que concluiu as residências dos régulos e a EP1 de Matamanda, que não havia recebido todo o valor por falta de facturas, para além da baixa qualidade das obras por si executadas, os restantes haviam recebido a totalidade.

## II. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO PROVINCIAL/CENTRAL NO DISTRITO

No primeiro exercício de rastreio da despesa pública, fez-se menção à falta de clareza sobre os investimentos realizados pelo Governo Provincial/Central, dado o facto de todos serem canalizados para os distritos por via do Governo Provincial. Foi nesse contexto que, neste segundo exercício, se optou por juntar as realizações levadas a cabo por estes dois níveis governamentais.

Em 2011, o trabalho de campo referenciou como obras em curso as seguintes:

- Construção da residência do Director do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia;
- Construção do edifício do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia;
- Conclusão da residência do Serviço Distrital de Actividades Económicas;
- Construção do edifício do Governo Distrital.

5 SDEJT – Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia.

6 SDPI – Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas.

7 INGC – Instituto Nacional de Gestão de Calamidades

O segundo exercício visitou novamente estas infra-estruturas e constatou que, à excepção da residência do Director do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, que ainda se encontrava em curso, as restantes actividades já haviam sido concluídas. Em termos qualitativos, a residência do Director do SDAE, apesar de ter sido recentemente construída, já se apresentava com problemas de rachas nas paredes, humedecimento da parede e muchén. O edifício do Governo, apesar de ser uma infra-estrutura sólida, apresentava rachas nas escadas, infiltração de água num dos compartimentos e muchén. O edifício do SDEJT apresentou problemas de infiltração e rachas. Na residência do Director do SDEJT, apesar não ter sido possível o acesso à parte interna, por falta de chaves, pôde-se notar o problema de muchén e caleiras inacabadas.



Fig. 8 Muchén no edifício do Governo



Fig. 9 Humidade na parede da casa do Director de SDAE

**Fonte:** Equipa de monitoria – 14/03/2012

### III. ASPECTOS DE CONTROLO INTERNO NA SECRETARIA DISTRITAL

O Conselho Consultivo Distrital de Ngauma é composto por 45 membros, representantes de todas as localidades. Destes, 33 são homens e 12 são mulheres. Em 2011, o CCD reuniu-se 2 vezes, em sessão ordinária, e 2 vezes em sessão extraordinária. Apesar do Governo Distrital reivindicar que o Conselho se reuniu 4 vezes, em 2011, não apresentou nenhum documento, como actas, para justificar a realização dessas sessões.

Em 2011, o Governo do Distrito de Ngauma foi inspeccionado três vezes pelas seguintes instituições: Inspeção Geral das Finanças, Tribunal Administrativo e Direcção Provincial de Plano e Finanças. No que concerne às obras públicas foram preparados 5 contratos, sendo 4 na área das obras públicas e 1 na área das estradas. O Governo Distrital ainda não enviou a Conta de Gerência do exercício de 2011 porque ainda se encontra na fase de preparação.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

*CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY*

Boa Governação-Transparência

Integridade

*Good Governance-Transparency-Integrity*

Rua da Frente de Libertação de Moçambique, n. 354

Tel: (+258) 21 492335

Fax: (+258) 21 492340

Mobile: (+258) 82 30 16 391

Caixa Postal: 3266

Email: [cip@cip.org.mz](mailto:cip@cip.org.mz)

[www.cip.org.mz](http://www.cip.org.mz)

Maputo-Moçambique



NIASSA

Estamos - Organização Comunitária

Avenida Samora Machel

Caixa Postal: 174

Telefax: 27120318

Cidade de Lichinga

Niassa - Moçambique



**FICHA TÉCNICA:**

**Título:** Rastreado a despesa de 2011 - Mandimba

**Série:** 6/15

**Autores:** CIP E ESTAMOS

**Revisão Linguística:** Machado da Graça

**Design e Layout:** éDesign

Maputo, Abril de 2012